

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 8 • 1999 / 2000



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
1999 / 2000

**ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS**

Volume 8 • 1999/2000      ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso

PREFÁCIO - Jorge de Alarcão

FOTOGRAFIA - Autores assinalados

DESENHO - Bernardo Ferreira, salvo os casos  
devidamente assinalados

PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação da  
Câmara Municipal de Oeiras

CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do  
Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas, 2745-615 BARCARENA

*Aceita-se permuta  
On prie l'échange  
Exchange Wanted  
Tauscherverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Impresse 4

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

**Estudos Arqueológicos de Oeiras,**  
8, Oeiras, Câmara Municipal, 1999/2000, pp. 21-24

## **MARQUÊS DE POMBAL** **UM GOVERNANTE CONTROVERSO**

*Nota: a publicação deste texto, feita a pedido do Coordenador da Revista ao seu ilustre Autor, destina-se a assinalar os 300 anos do nascimento do estadista, cuja presença em Oeiras tão profunda e incontornável foi e continua a ser.*

por António Pedro Vicente<sup>(1)</sup>

Figura controversa, duzentos anos após a sua morte, continua a merecer um estudo cuidado que ajude a clarificar o todo da sua acção, como estadista e como homem. Tendo nascido em 1699 e falecido em 1782, a sua existência atravessa, praticamente, todo o Século XVIII. Por essa razão a Historiografia portuguesa que se debruça sobre essa época salienta com acutilância o período ante e post Pombal. Quase três decénios de governo em que se deram acontecimentos relevantes no campo social, económico, militar e cultural, com mutações em certa medida radicais no âmbito desses sectores, necessariamente tornam esta figura um campo aberto às mais variadas especulações.

Diversos aspectos esclarecedores da sua biografia estão estudados. Referimos os anos que se sucedem a 1740. Até aí pouca documentação existe para clarificar aspectos da sua mocidade, estudos e formação. Sabe-se do seu primeiro casamento com uma senhora da nobreza, viúva, mais velha do que ele, com meios de fortuna, de quem enviuvou quando no desempenho da sua primeira função oficial em Londres. Ele próprio pertencia à pequena nobreza, sem grandes meios de fortuna, mas com suficientes ligações na sociedade e nos meios governamentais para vir a ser nomeado para um cargo diplomático.

Para além de ter convivido e actuado numa sociedade desenvolvida como a Inglaterra, aí prestou serviço ao conseguir isenções para os comerciantes portugueses em Londres semelhantes às dos ingleses em Portugal. Teria, igualmente, contribuído para o reconhecimento dos direitos que tinham as autoridades do seu país para punir os excessos praticados pelos capitães de navios ingleses nas costas portuguesas. No entanto, as instituições liberais inglesas não o teriam influenciado. Aí adquiriu, contudo, algum treino em ciência administrativa. Foi depois enviado a Viena de Áustria ao eclodir entre esta corte e a de Roma uma discórdia relativa aos direitos de *nomina* da curia, na qual o governo português se viu envolvido como mediador. Estava-se no ano de 1745 e Sebastião José de

---

(1) *Professor Catedrático. Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.*

Carvalho conseguiu sanar algumas questões entre as duas cortes, edificar as bases dum Tratado e enfraquecer novas dissensões entre Francisco I e o Papa Benedito XIV. Em Viena casou com uma senhora da nobreza local – Ernestina de Daun – filha de um conde e marechal general. Esse casamento, contrariado de início pela família da noiva, veio a ter lugar, em parte, devido à interferência da rainha portuguesa Maria Ana d’Áustria a qual confirmou a ascendência nobre do diplomata português.

Com a ascensão ao trono de D. José, a rainha viúva vem a ter influência decisiva na nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para o novo Governo que se ia formar. Aliás, a nova mulher do futuro estadista era dama de honor de D. Maria Ana. Assim, em Agosto de 1750, Carvalho e Melo é o novo secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros.

A enorme preponderância que, em breve, iria adquirir tem sido também motivo dos mais variados “alvitres” por parte dos seus biógrafos. Parece, no entanto, que a sua ascensão na hierarquia governamental tem uma explicação relativamente simples, entroncando-se na sua vontade férrea, energia, talento e capacidade de decisão. A somar a todas estas características deve acrescentar-se o conhecimento que lhe havia sido prodigalizado pelo contacto que tivera com novos conceitos de administração e de vivência social, nas suas funções além fronteiras. Possuidor de uma personalidade característica de quem não recua perante as maiores barreiras, optou, desde cedo, pela reforma do seu próprio país. A formação e consolidação das grandes potências, no decorrer do Século XVIII devem ter feito sentir ao futuro Marquês de Pombal a necessidade de fazer comparecer Portugal com os inícios mais elevados da civilização europeia. Fortificar o poder real tendo em vista a introdução de alterações profundas no regime de Estado parece ter sido a razão que irá cimentar a sua forma de actuação e a obstinação que conferiu ao seu governo nos quase três decénios que se seguirão.

Nos primeiros anos do seu governo, quando do Terramoto de Lisboa em 1755, a forma como agiu serviu para demonstrar a capacidade do governante ao obviar às consequências brutais do sismo. As providências que tomou, sintetizadas na frase que lhe é atribuída “enterrar os mortos e cuidar dos vivos” denotam um espírito prático e actuante na resolução de dificuldades e ajudam a compreender a sua ascensão no tablado político. Efectivamente a posição enérgica e eficaz que aí tomou conferiu confiança à população e contribuiu para o fazer respeitar como governante.

Sebastião José de Carvalho e Melo fica na história como figura controversa. Os seus biógrafos ao classificarem globalmente a sua acção através de uma só faceta dessa mesma actuação esquecem a multiplicidade de factores que envolvem a análise da sua obra.

A sua figura deve inserir-se na época em que viveu e nas circunstâncias que rodearam o ambiente histórico que determinou a sua actuação. Os antagonismos inerentes a certas das suas reformas e a herança social que marcou o país onde exerceu a sua acção, devem afastar uma tentativa de classificação rígida do seu modo de governar. Historiadores como Lúcio de Azevedo que consideram toda a sua obra subordinada pelo seu ódio aos jesuítas, e escritores como Camilo Castelo Branco que traçam o perfil dum déspota, são contributos para alimentar essa controvérsia.

Ao observar-se a política de Pombal no sector económico, tem-se noção do valor por ele conferido à Inglaterra como país aliado e da sua utilidade para o comércio português. No Brasil começava a escassear a recolha aurífera, bem como outros produtos de origem ultramarina que, tradicionalmente abasteciam o mercado nacional e serviam à Inglaterra. “Portugal não tem outros inimigos que não sejam os inimigos de Inglaterra”, afirmava Pombal, consciente da situação do seu país face aos interesses internacionais.

As “Aulas de Comércio” que se fundaram e o plano de reforma do “Real Erário”, bem como a criação da “Companhia dos vinhos do Alto Douro” são, em parte, acções determinadas pela necessidade de equilibrar as contas no comércio entre os dois países. Contudo os meios de que se serviu ao reprimir os que se opunham aos seus desígnios, criaram sequelas que irão alimentar negativamente a sua imagem. A propósito da preponderância que os jesuítas adquiriram na colónia do Brasil ultrapassando uma acção religiosa para se imiscuirem nos meandros da política social, Pombal inicia uma luta tenaz, em etapas sucessivas e bem calculadas, que culmina com a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, da França e de Espanha, sendo mais tarde abolida, pelo Breve papal “Dominus redemptor”. Um sector importante da igreja vê, assim, gorada qualquer veleidade de oposição à administração pombalina. Por muitos acusado de descuidar a organização e apetrechamento do exército é no entanto, durante o governo de Pombal que, aceitando a interferência inglesa, vem para Portugal o Conde Lippe, cuja actuação no sentido da criação de estruturas novas, no seio militar, se repercutiu por muito tempo. Por essa altura (1762) Pombal mais uma vez se manteria fiel à aliança inglesa quando se viu ameaçado pela invasão espanhola e francesa como resultado dos acordos decorrentes do “Pacto de Família”. A conspiração dos fidalgos (1758) foi outra das acções marcantes da acção pombalina. Não se tendo aclarado, até hoje, a culpa efectiva de cada um dos réus ficam por esclarecer os desígnios que o teriam levado a fazer executar a mais brutal sentença condenatória que teve lugar em Portugal. A acusação de atentado contra a pessoa do rei e o processo que posteriormente se levantou, se por um lado se pode inserir no âmbito da sua política de consolidação do poder régio não deixa, contudo, de constituir um traço nefasto perante qualquer análise a que seja sujeita a acção deste dirigente. A necessária restrição dos poderes da Igreja e de certas casas nobres, com ligações internacionais e ultramarinas num caso e ramificações familiares noutro, é justificada por certos investigadores que ai vislumbraram uma poderosa barreira à prossecução duma política visando o absolutismo real.

A instalação das indústrias durante o seu governo e a sua distribuição territorial, relacionar-se-ia, geralmente, com a necessidade de criação de fontes de riqueza perante a escassez que, já desde D. João V, havia começado a manifestar-se. Deve, pois, ser analisada como uma tentativa de diminuir as importações estrangeiras e da mesma maneira deve ser observada a sua criação de companhias de feição monopolista.

Numa última fase do seu governo Pombal – a exemplo dos déspotas esclarecidos ou dos iluministas franceses – conduziu uma política de remodelação no ensino. Assim, depois da “Aula do

Comércio” e do “Real Colégio dos Nobres”, este para educação dos meninos fidalgos, confere à “Real Mesa Censória” jurisdição sobre colégios e outros estabelecimentos de ensino, criados ou a criar, para os primeiros estudos. Esclarece-se que muita desta legislação visava substituir a direcção dos estudos que tinha sido entregue aos jesuítas. A Reforma da Universidade de Coimbra, de 1772 é, talvez, a obra mais saliente no âmbito da sua política de renovação do ensino. Na Universidade portuguesa uma reforma de cariz renascentista tivera lugar dois séculos antes. Agora irá instituir-se o estudo das ciências exactas e da natureza. Novas correntes de pensamento no campo jurídico passarão a ser ensinadas numa mudança radical do tipo do ensino, a marcar positivamente o seu governo. Com a morte de D. José, inicia-se o calvário do Marquês de Pombal. Os perseguidos e os que se sentiam lesados iriam formar a massa imensa dos que contribuirão para a sua derrocada. Acusações graves de prepotência, de actos brutais exercidos para imposição das suas determinações, serão emitidas. A Igreja perseguida, as casas nobres lesadas, as famílias dos pescadores da Trafaria, a mole humana que via agora as portas dos cárceres abertas, juntou-se ao clamor das queixas. Um processo e a consequente condenação, o desterro e a doença que em breve se declara atormentarão os últimos dias do velho governante. A par das reformas e inovações de que foi indiscutivelmente obreiro, Pombal havia exercido o seu governo com a mais inexcedível dureza. Não foi condenado à morte devido à sua idade e, talvez aos sentimentos religiosos da Rainha D. Maria. Na veemente defesa que opôs aos seus acusadores, culpou o rei dos actos que lhe eram imputados, numa atitude que pouco o enobreceu.

Lesionou, com acutilância, algumas casas nobres mas não toda a nobreza. Perseguiu sectores da Igreja mas não o conjunto da Igreja Portuguesa. Apreendendo a parte como um todo, certas correntes liberais do Séc. XIX transformaram Pombal no herói e no condutor das suas ideologias. Porque atacou a Companhia de Jesus, a cruzada antijesuítas dos republicanos erigiu-lhe a mais grandiosa estátua de Lisboa. Porque destruiu algumas famílias poderosas foi, para muitos, o caudilho da protecção à burguesia e, assim, na primeira como na última linha deste “retrato” reafirma-se a falta de objectividade que norteia os estudos sobre Pombal. Independentemente de ter sido bom ou mau governante, foi claramente déspota e tirano em muitas das suas acções, mas foi também, um reformador e, sobretudo, o precursor de um Portugal moderno.

Ajustar a sua biografia a ideias préconcebidas é a maneira mais acessível de elaborar a sua história. Não é, no entanto, a mais científica. Pombal foi efectivamente, um político controverso que deve ser compreendido e explicado no contexto do seu tempo e nos limites territoriais onde exerceu a sua acção.